



ID: 116407492

31-03-2025

Ainda o peso do turismo como problema



Ricardo Paes Mamede

Pedro Siza Vieira afirma que o turismo não tem prejudicado o crescimento de outras actividades, mas não é bem assim

Nos dias que correm, são poucas as oportunidades para manter uma discórdância em público de modo civilizado. Pedro Siza Vieira (P.S.V.) deu-me essa oportunidade, com a resposta que escreveu nestas páginas a um texto meu anterior sobre o peso do turismo em Portugal. Não vou desperdiçar a ocasião para prosseguir este debate, que tenho como central para o futuro da economia portuguesa.

Começo por sublinhar os aspectos em que P.S.V. e eu parecemos estar de acordo.

Primeiro, o turismo teve um papel central na recuperação da actividade económica e do emprego em Portugal no período pós-austeridade. De acordo com o INE, o valor acrescentado bruto (VAB) do sector aumentou 89% entre 2016 e 2023, mais do dobro da média nacional. O turismo também contribuiu de forma significativa para a criação de emprego: só nas actividades de alojamento e restauração o número de trabalhadores mais que duplicou nos últimos 10 anos, representando para cima de 60 mil postos de trabalho adicionais. O crescimento do sector também atraiu investimento externo (em particular no sector do imobiliário), reflectindo-se na recuperação do património arquitectónico e não só.

Esta evolução teve reflexos positivos nas contas públicas (através das receitas de impostos) e nas contas externas (com o saldo da balança de serviços em percentagem do PIB a crescer de 6,4% em 2014 para 11,2% em 2024 – mais do que compensando, assim, o défice persistente na balança de bens).

Não obstante, a par dos seus vários benefícios económicos, o crescimento do turismo tem sido acompanhado de um avolumar de custos e tensões nos territórios e sociedades que os acolhem (ou, para citar P.S.V., “o crescimento muito rápido do turismo coloca problemas novos de gestão dos destinos (...), particularmente nas cidades”).

Vários destes problemas têm sido sublinhados por organizações internacionais como a OCDE ou a Organização Mundial de Turismo e incluem aspectos como: o aumento dos preços do imobiliário (incluindo habitação, escritórios e espaços comerciais), da restauração e de outros serviços mais procurados por turistas e por



PAULO PIMENTA

quem os serve; a sobrelotação dos transportes públicos; ou a pressão sobre a recolha e o tratamento de resíduos.

A Organização Internacional do Trabalho tem alertado também para as condições laborais nas actividades turísticas, habitualmente caracterizadas por salários mais baixos (por exemplo, no alojamento e restauração em Portugal mais de 40% dos trabalhadores auferem o salário mínimo nacional, uma situação sem paralelo noutros sectores), maior incidência de emprego precário e informal, elevado peso de trabalho sazonal e com horários irregulares, menores descontos para a segurança social e, por consequência, menor protecção social.

O terceiro aspecto em que P.S.V. e eu parecemos concordar – e que as organizações internacionais referidas também sublinham – diz respeito à necessidade urgente de adoptar políticas públicas que procurem minimizar os impactos negativos do turismo e potenciar os seus contributos para os territórios e comunidades locais.

As respostas em causa devem passar por aspectos como: a diversificação dos destinos turísticos (por exemplo, apostar no turismo nas regiões menos concorridas e promover novas ofertas culturais e recreativas); o desenvolvimento de actividades turísticas

fora das épocas altas (e.g., turismo de negócios); a moderação da procura (incluindo o aumento de taxas turísticas) e a contenção da oferta (nomeadamente, de novos hotéis e de alojamento local) nas zonas saturadas; o reforço dos serviços públicos de transporte e de limpeza urbana; e o aumento da protecção dos trabalhadores e da regulação do emprego no sector.

Onde o desacordo parece ainda persistir diz respeito a dois aspectos relacionados: a evolução do peso do turismo em Portugal e os seus efeitos negativos sobre outros

“

O turismo tem dos níveis mais baixos de produtividade (entendida como valor acrescentado por trabalhador) entre o conjunto dos sectores de actividade

sectores de actividade económica.

Alguns escassez de dados comparativos actuais e as quebras nas séries estatísticas dificultam este tipo de análise e podem dar azo a leituras distintas. Em qualquer caso, os dados disponíveis (Conta Satélite do Turismo do INE e estatísticas da OCDE, Banco Mundial e Organização Internacional do Turismo) deixam pouca margem para dúvidas.

Na última década, nenhum país da UE assistiu a um ritmo de crescimento do turismo equivalente ao de Portugal. Entre 2014 e 2019, o número de turistas internacionais a visitar o país passou de 10,5 milhões para 17,3 milhões, o maior crescimento no período entre os 27 Estados-membros. Desde então, Portugal voltou a destacar-se: entre 2019 e 2023, o país verificou o maior crescimento no fluxo de turistas, não só da UE mas de toda a OCDE (12,1%), atingindo 19,4 milhões. O aumento significativo do peso do turismo na economia nacional é visível em vários outros indicadores: entre 2016 e 2023, o consumo turístico passou de 12,6% para 16,5% do PIB, e o peso do turismo no VAB total passou de 6,9% para 9,1%, colocando Portugal entre um dos países do mundo mais dependentes deste sector.

Afirma P.S.V. que o turismo não tem prejudicado o crescimento de outras actividades, mas não é bem assim. O forte crescimento do turismo implica um aumento significativo do uso de recursos diversos (em particular, trabalho e espaço urbano), disputando-os com outras actividades produtivas e pressionando o aumento dos preços correspondentes, com impactos na competitividade dos sectores mais expostos à concorrência internacional. Isto acresce que o consumo pelos turistas internacionais, cujo poder de compra tende a ser superior à média dos locais, pressiona em alta os preços de vários tipos de serviços, contribuindo também assim para a perda de competitividade-preço de toda a economia.

O aumento acentuado do peso do turismo na economia nacional tem também efeitos agregados que é preciso considerar. O turismo tem dos níveis mais baixos de produtividade (entendida como valor acrescentado por trabalhador) entre o conjunto dos sectores de actividade, apresentando também menores oportunidades de progresso tecnológico e de aumento da produtividade a prazo. Isto ajuda a explicar que o crescimento do PIB português acima da média da UE na última década (em boa parte impulsionado pelo turismo) não tenha sido acompanhado de uma melhoria significativa da produtividade agregada ou do PIB *per capita* em paridades de poder de compra. Um aumento ainda maior do peso do turismo irá agravar estes efeitos de composição.

O turismo é e continuará a ser uma actividade central na economia portuguesa e será decisivo para o seu desempenho a prazo. Até por isso, uma maior ponderação sobre os seus impactos potenciais – na sociedade e na economia – pode ajudar-nos a preparar melhor o nosso futuro comum.

Economista e professor do ISCTE